

19.julho.2012 – 09h30

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

- Entidade:** **Federação Portuguesa de Futebol**
Fernando Gomes (Presidente); Elísio Carneiro (Vice-Presidente) e Onofre Costa (Diretor de Comunicação)
- Recebidos por:** **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Laurentino Dias (PS), Pedro Pimpão (PSD) e Artur Rêgo (CDS-PP).
- Assunto:** **Incumprimento salarial no futebol e situação dos profissionais**

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) para estar presente na audição, que tem como objetivo analisar a questão do incumprimento salarial no futebol e a situação dos profissionais.

O Sr. Presidente da Federação agradeceu o convite e manifestou a sua preocupação em relação à situação de incumprimento salarial, por parte de alguns clubes, defendendo que os compromissos assumidos deverão ser integralmente cumpridos, daí a sua intervenção sistemática, junto dos dirigentes desportivos, quanto ao assumir de responsabilidades nos seus orçamentos. Reconhecendo que esta situação tem de ser enquadrada num contexto mais global de crise económica e financeira, a que acresce a Lei dos Compromissos, admitiu que, na próxima época, alguns clubes poderão fechar as portas devido a problemas financeiros.

Referiu-se às dificuldades do futebol não profissional, decorrentes dos atuais constrangimentos no setor da publicidade e das autarquias e ao aumento das taxas horárias dos agentes policiais, que tornam difíceis as condições de sustentabilidade. Assim, deu ainda conta da criação, por parte da FPF, de um fundo de garantia salarial de 100 mil euros para acorrer a situações mais delicadas, no âmbito das competições não profissionais, prevendo-se também situações regulamentares que penalizem os clubes em incumprimento.

Manifestou ainda a disponibilidade da Federação para, em conjunto com a Liga de clubes e o Sindicato de jogadores, reforçar ou renovar o fundo que já existiu para as provas profissionais, na ordem dos 300 mil euros.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP), que colocou algumas questões, designadamente sobre se, no momento da alteração dos quadros competitivos, foi tida em conta a questão financeira, no sentido de os clubes potenciarem as receitas e diminuir os custos para entrarem nas competições da FPF, sobre o valor de inscrição dos atletas nas associações distritais, sobre a participação dos atletas profissionais nas 2ª e 3ª divisões e ainda sobre as penalizações para os casos de incumprimento.

O Sr. Presidente da Federação afirmou que o Totonegocio foi pago pelos clubes, que deixaram de receber a verba do totobola. Referiu-se ainda à penalização do Leixões por incumprimento salarial, esclarecendo que tem de existir evidência da situação e tem de haver queixa. Disse



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

ainda que existe regulamentação ao nível do licenciamento do cumprimento dos salários em atraso, faltando apenas a sua aplicação. Em relação à participação dos atletas profissionais nas associações não profissionais, adiantou que são inscritos como atletas amadores, não cabendo à Federação efetuar a fiscalização. Transmitiu ainda que a Federação está a trabalhar no sentido da normalização de procedimentos nas associações.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) referiu-se ao estudo da Universidade Católica e da Deloitte, que aponta para um aumento de 500 milhões de euros nas dívidas dos clubes, nos últimos 10 anos, entendendo que o futebol, sendo a modalidade com mais inscritos, deve ser encarado como um esforço coletivo, no que respeita à sua sustentabilidade. Questionou ainda o Presidente da Federação sobre as medidas que devem ser tomadas, no sentido da sustentabilidade do futebol português, sobre a proposta apresentada pelo Sindicato de criação de uma entidade externa para a questão do *fair-play* financeiro e ainda sobre as medidas para a promoção e valorização dos atletas portugueses.

O Sr. Presidente da Federação referiu-se ao endividamento dos clubes, entendendo que acompanhou o endividamento das famílias, das empresas e do Estado, e que se deveu, em grande medida, ao acesso ao crédito em situação favorável. Lembrou ainda que existe o Comité de Auditoria da Liga, que funciona de forma independente. Considerou importante o estabelecimento de regras mais apertadas em relação às competições profissionais, no sentido da sua auto-sustentação e avançou que está em estudo a questão da valorização dos atletas não profissionais e a adoção de regras que incrementem a utilização de atletas portugueses, no sentido de os mesmos poderem vir a representar a seleção nacional.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) referiu-se ao endividamento dos clubes como um problema que acompanha o movimento global, quer a nível europeu, quer mundial. Reconheceu que se têm registado, nos últimos anos, avanços significativos no sentido do cumprimento dos preceitos e afirmou que uma das formas de clarificação desta situação consiste em criar regulamentação e regras objetivas para todos e delimitar o que é profissional e não profissional. Questionou ainda sobre a evolução da discussão desta matéria no Conselho Nacional do Desporto e quanto aos resultados esperados e sobre as consequências, em termos legislativos, dos relatórios apresentados sobre a questão da valorização dos atletas e a proteção das seleções nacionais e dos jovens praticantes desportivos. Reconheceu e enalteceu o papel mais interventivo da Federação Portuguesa de Futebol na reflexão dos problemas do futebol e disse esperar que seja possível avançar no sentido de uma maior controlo orçamental dos clubes e no cumprimento das obrigações com os salários. Referiu-se, por último, aos quadros competitivos, destacando que permitem arrecadar mais receitas e dinamizar os clubes.

O Sr. Presidente da FPF lembrou que o seu mandato tem apenas 6 meses, afirmando que muitos dos seus compromissos foram, no entanto, já cumpridos, designadamente no que diz respeito a dotar as associações distritais e os clubes de melhores condições para o desenvolvimento da sua atividade e a acautelar e manter os 15.000 atletas federados. Por último, referiu que a Federação está a refletir sobre as conclusões dos relatórios, no sentido de implementar algumas das medidas aí propostas.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) referiu-se à importância da verdade desportiva e à necessidade de o futebol acompanhar o esforço que está a ser feito pelo Estado. Em



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

relação ao fair-play, afirmou que as regras existem, bastando fazê-las cumprir. Por último, questionou o Presidente da FPF sobre as expectativas em relação ao jogo on-line.

Em relação a esta questão, o Sr. Presidente da Federação afirmou que o Estado tem sido lesado pela sua utilização indevida, pelo que considerou fundamental que os clubes que veem as suas marcas utilizadas em proveito de outras entidades sejam ressarcidos. Afirmou ainda que a Lei relativa à violência no desporto não carece de revisão, precisando apenas de ser aplicada.

Por último, afirmou que a FPF irá tomar todas as iniciativas ao seu alcance para ir ao encontro das dificuldades sentidas pelos clubes, apelando ao sentido de responsabilidade de todos os agentes - clubes, dirigentes, jogadores e treinadores - para que haja consciência das regras e para que zelem pelo cumprimento das normas.

A documentação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2012

A Assessora
Cristina Tavares